

www.cstpsol.com



COMBATE SOCIALISTA

PUBLICAÇÃO DA CORRENTE SOCIALISTA DOS TRABALHADORES - CST

PSOL

Tendência Interna
do Partido Socialismo
e Liberdade

nº 37
ABRIL/MAIO 2011

PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DA CORRUPÇÃO

PAC

**Governo
presenteia
empreiteiras e
trabalhadores
fazem greve nas obras**



EDITORIAL

Passados cem dias do governo Dilma, a maioria da grande imprensa, ecoando as opiniões dos setores políticos e econômicos, bate palmas. Elogiam o relacionamento com a imprensa, com os políticos da oposição, com os militares e com o imperialismo, tudo isto sem mudar o rumo econômico iniciado por FHC e continuado por Lula.

Existem razões para tanta adesão. As empreiteiras estão sendo retribuídas pelas suas contribuições de campanha com rios de dinheiro para construir as obras do PAC. O agronegócio aplaude o projeto de alteração do Código Florestal Brasileiro do deputado governista Aldo Rebelo (PcdoB-SP). E o sistema financeiro continua a fazer a festa com altíssimos juros.

Por sua vez, os militares

condecoraram a ex-guerilheira e atual presidenta com a insígnia de Grã-Mestra da Ordem do Mérito da Defesa. E, o imperialismo presenteou a Dilma com a visita do próprio Obama.

Mas a alegria deles não é nossa alegria. A revolta nos canteiros de obra do PAC onde 170 mil trabalhadores cruzaram os braços para reivindicar por seus direitos são a prova de para quem governa Dilma. Provas que encontramos na violenta repressão e prisão de 13 militantes durante um protesto pacífico contra a visita de Obama, ou, nos Direitos Humanos uma vez que criaram uma *Comissão da Verdade* para agir de *mentirinha*, já que nenhuma das investigações servirá para julgar e castigar os que mataram e torturaram durante a dita-

dura militar protegidos pela lei da Anistia.

Mas novos fatos estão acontecendo no país e no mundo trazendo ar fresco para oxigenar os movimentos. As revoluções do norte de África derrubando governos corruptos e capachos do imperialismo demonstram do que são capazes os povos mobilizados. Mais cedo ou tarde, esses processos influenciarão na região. Mais perto ainda, a radical luta dos trabalhadores das obras do PAC conquistou triunfos. Esses são os exemplos a seguir. Unificar as lutas, nos solidarizar com elas e ajudar para que sejam vitoriosas é uma grande tarefa que temos pela frente. Nesse caminho, precisamos construir uma nova direção sindical e política para os trabalhadores.

CASSAÇÃO DO MANDATO E CADEIA PARA O MILITAR-DEPUTADO JAIR BOLSONARO

Racismo é crime, previsto em lei e dá cadeia. Essa tem que ser a punição de Jair Bolsonaro por suas declarações racistas e homofóbicas na TV, além da cassação do seu mandato de deputado federal. Foi isso que exigiu a frente Movimento Negro e GLBTS no primeiro ato contra o racismo e a homofobia.

Mas, as declarações do militar-deputado Jair Bolsonaro no programa humorístico CQC, não podem ser consideradas somente como coisas de "um louco" isolado. Elas refletem o que realmente pensa a elite branca capitalista e setores da pequena-burguesia brasileira, descendentes dos antigos senhores de escravos com representantes no meio empresarial, educativo, religioso, político e militar. Bolsonaro expressou com palavras, o que acontece no dia-a-dia desse país, como, por exemplo, a execução sumária de jovens negros por policiais sob a justificativa dos "autos de resistência", ou ainda, a agressão a homossexuais por grupos nazi-fascistas.

A punição ao militar-deputado tem de ser exemplar. Mas, é preciso alertar a sociedade, que estas atitudes se garantem na certeza da impunidade, respaldada por seus "camaradas" dentro da esfera governamental e das forças armadas. Por isso, é necessário a mobilização permanente da maioria da sociedade pela cassação do mandato e prisão do militar-deputado Jair Bolsonaro; punição aos agentes civis e militares do Estado do período da ditadura militar e dos atuais pelos crimes de tortura e assassinato; e, pela imediata condenação e punição de toda e qualquer manifestação de racismo e homofobia.

ASSINE O COMBATE SOCIALISTA

A edição nº 37 do *Combate Socialista*, vem com uma proposta para nossos leitores. A partir deste número estamos organizando uma campanha de assinaturas em todo o país, com objetivo de manter e fortalecer o *Combate*. Os leitores já podem fazer sua assinatura, a partir deste número, que cus-

ta apenas R\$ 10,00, e terão direito a 5 edições, podendo também fazer a contribuição solidária no valor de R\$ 20,00. O jornal será entregue em mãos pelos militantes responsáveis. Para fazer a assinatura, basta entrar em contato com os militantes da CST de seu estado, ou mandar um e-mail para: combatesocialista@gmail.com

ASSINATURA DO JORNAL "COMBATE SOCIALISTA"
CST/PSOL - R\$ 10,00 - 5 EDIÇÕES NÚMERO
CONTRIBUIÇÃO SOLIDÁRIA - R\$ 20,00

Nome: _____
Endereço: _____
Telefone: _____
E-mail: _____
Local de Trabalho: _____
Endereço: _____
Telefone Comercial: _____
Responsável pela assinatura: _____
Local de entrega do jornal: _____



PUBLICAÇÃO DA CORRENTE SOCIALISTA DOS TRABALHADORES CST/PSOL - SEÇÃO DA UNIDADE INTERNACIONAL DOS TRABALHADORES - UIT www.uit-ci.org

Av. Gomes Freire 367 - 2º andar - Centro - Rio de Janeiro - Telefone (21) 2507-9337 - combatesocialista@gmail.com

Editoria: Silvia Santos e Rosi Messias

Tradução e correção: Marco Antônio Costa e Priscila Guedes

Diagramação e projeto gráfico: Marcello Bertolo

As matérias assinadas são de responsabilidade dos autores e colaboradores



Dirigente socialista tunisiano Amami Nizar visita o Brasil e recebe apoio do Sindicato dos Químicos de São José dos Campos e Região/SP e do Sindicato dos Trabalhadores da UFF - Sintuff, em Niterói/RJ.

170 mil peões contra o governo, as centrais sindicais pelegas e os patrões!

Douglas Diniz

Douglas Diniz - Dirigente da
CST/PSOL e Unidos pra Lutar

Os cem dias de governo Dilma, foram abalados pela poderosa greve da construção civil nas obras do PAC. Um processo que explodiu por fora e contra a política das governistas CUT e Força Sindical.

O estopim da mobilização foram os baixos salários, as péssimas condições de trabalho, a falta de assistência médico-odontológica e de alojamentos dignos para um merecido descanso após horas de trabalho sob sol escaldante.

Enquanto a CUT e a Força Sindical faziam negociatas em Brasília trocando direitos e conquistas dos trabalhadores por cargos em ministérios e discutem entre si a divisão dos R\$ 100 milhões arrecadados com o imposto sindical, honestos pais de família embrenhados no meio do mato eram tratados como "vândalos" pela imprensa e terroristas pela Força Nacional de Segurança, como ocorreu em Jirau e Santo Antônio (RO), enviada pelo governo para tentar acabar com a luta.

Os mais de 170 mil operários grevistas foram vitoriosos. Arrancaram melhorias salariais em média acima da inflação, reajustes na cesta-básica e nas horas-extras, licença de 5 dias a cada três meses com direito a passagem de avião para visitar familiares, melhorias nas condições de trabalho, garantias de alojamentos dignos e a construção de banheiros femininos inexistentes em várias obras.

No RJ, os operários do Porto Açu, do bilionário Eike Batista, tiveram todas as suas



Operários da Jirau em greve bloqueiam estradas em protesto

reivindicações atendidas, inclusive o pagamento do adicional de 30% de periculosidade, plano de saúde e a equiparação salarial com os trabalhadores de Porto Sudeste (Itaguaí/RJ). Em Pecém (CE), conseguiram reajuste salarial de 9,36% e um aumento de 20,2% na ajuda de custo. Em Suape (PE), dos 13 pontos reivindicados, 11 foram conquistados, a cesta básica e pagamento de horas extras negados pela patronal só foram atendidos após julgamento no TRT, único do país que decretou ilegalidade da greve e determinou o desconto dos dias parados.

A CSP-Conlutas e a Comissão Nacional de enrolação

O governo não tardou em ter política buscando recuperar o controle da situação. Para isso chamou uma reunião com empresários, CUT, Força Sindical, à qual convidou a CSP-Conlutas.

Não negamos a importância de participar das mesas de negociações para debater as

pautas de greves, para garantir os direitos dos trabalhadores. Mas o que nos preocupou, foi à política levada a cabo pela Conlutas na reunião. Não vimos a Conlutas questionar a falta de legitimidade da CUT e Força Sindical, que jamais poderiam representar os grevistas, visto que eram contra a greve, fato denunciado por toda imprensa. Não vimos a Conlutas exigir a presença na reunião, de representantes dos trabalhadores, eleitos democraticamente nas assembleias. Não à toa, os elogios da burocracia à postura da CSP-Conlutas na primeira reunião: "ajudaram muito na reunião. Não foram desagregadores", superaram "a fase da agitação, que sozinha não constrói nada". (O Globo de 03/04/2011). E as declarações de Atnágoras (executiva nacional da CSP-Conlutas), alimentando expectativa na comissão tripartite (governo, empresários e centrais sindicais): "tivemos consenso na primeira reunião, na forma de contração (via Sistema Nacional de

Emprego do Ministério do Trabalho). Mas não podemos afirmar que haverá consenso sempre com as outras centrais. Nossa idéia é contribuir ao máximo. Se der problemas, vamos para o debate interno". Globo de 03/04/2011.

Lições de uma greve

A greve da construção civil nos deixou uma grande lição: em primeiro lugar que é possível obter triunfos com a força da mobilização, desde a organização da base. Em segundo lugar, junto com desmascarar a política traidora e conciliadora da CUT e Força Sindical, nos mostrou qual deve ser o caminho a trilhar para construirmos uma nova direção sindical para classe. Pois não são acordos superestruturais e nem disputas de aparatos que definem e constroem uma nova direção e sim, processos vivos da luta de classe, a exemplo de Jirau e Antônio, onde a peãozada fez a experiência concreta com suas direções tradicionais e tomou em suas mãos as rédeas do destino.

Por último, a obrigação de todas as entidades classistas e combativas é organizar uma Campanha Nacional de apoio e solidariedade a estas lutas, discutindo e votando nas assembleias das categorias a forma de apoiá-las. Pois não podemos depositar nenhuma confiança na comissão tripartite. Junto a isto, a única forma de que todas as reivindicações dos trabalhadores da construção civil se concretizem e não se percam, é que a peãozada continue mobilizada, através de suas assembleias e comissões de base, acompanhando de perto o cumprimento das reivindicações.

REFORMA POLÍTICA: com Sarney, Collor, Renan Calheiros, Maluf, Jader e os "Mensaleiros" do PT

BANDIDOS E DELINQUENTES

pretendem se eternizar no poder

Makaíba

CST-PSOL/RJ

A Comissão do Senado para a Reforma Política encerrou seus trabalhos no dia 07 de abril após 45 dias de funcionamento. Para compor a Comissão, o presidente do Senado José Sarney convocou seu colega de casa e também ex-presidente Fernando Collor. O presidente dessa Comissão é o senador Francisco Dornelles (PP-RJ, o mesmo partido do racista e homofóbico Bolsonaro). Com a recente decisão do STF de invalidar a aplicação da lei da Ficha Limpa nas eleições passadas, está praticamente garantida a volta de Jader Barbalho ao Congresso Nacional para completar a quadrilha com Renan, Maluf, João Paulo, etc. Como podemos ficar

otimistas e confiantes em que uma reforma política feita por esse "bonde do esculacho", possa impedir a corrupção e fortalecer a democracia no Brasil?

Pois muito bem, se a reforma política fosse mesmo radical pra valer, não poderia passar nunca pelas mãos dos deputados e senadores "mensaleiros" atuais.

Driblados os interesses eleitorais de auto-sobrevivência dos parlamentares, as duas comissões - do Senado e da Câmara - irão centrar o foco no financiamento público de campanha, o fim das coligações proporcionais e o voto em lista para o legislativo.

Com relação ao financiamento de campanha, estão cogitando que o Congresso aprove uma proposta mista entre financiamento público e privado.

Pra valer, deveria ser o financiamento público somente, repassando aos partidos o valor máximo pré-determinado por lei, e a proibição total do apoio financeiro das grandes empresas, o que facilitaria o combate à corrupção, dificultaria a influência dos lobbies empresariais sobre a campanha política dos partidos e seus candidatos, e diminuiria a desigualdade entre as grandes legendas burguesas e as pequenas organizações políticas dos trabalhadores e do movimento popular. Já o fim das coligações proporcionais para o legislativo federal, estadual e municipal evitaria a eleição de políticos com poucos votos na carona dos mais votados. A manutenção do voto em lista aberta, onde o eleitor pode escolher o candidato e não só o partido, evitaria o cresci-

mento ainda mais do poder dos caciques - que vai ocorrer com o sistema de lista fechada - nos grandes partidos burgueses e nas legendas de aluguel.

Uma reforma política para valer não poderia deixar de fora a revogabilidade dos mandatos dos parlamentares, no caso de envolvimento do parlamentar nos escândalos de corrupção, por não cumprir as promessas de campanha, por legislar e votar contra os interesses dos trabalhadores. Seria interessante incluir, também, a eleição direta para juízes e membros do Tribunal de Contas da União - TCU.

Mas, sem ilusões. Tudo indica que a reforma política que será produzida por esse Congresso corrupto vai passar longe de uma grande reforma na casa. No máximo um "puxadinho".

O Combate entrevista a Senadora eleita pelo Pará, Marinor Brito

CS: Sabemos das limitações da lei de ficha limpa, porém ela refletiu uma real mobilização do povo brasileiro. Qual sua avaliação sobre a decisão do STF de invalidar a aplicação desta lei nas eleições de 2010?

Senadora Marinor: A lei Ficha Limpa é uma resposta do povo brasileiro que, na prática, exigiu das autoridades a participação direta do povo sobre não aceitação de corruptos participando do processo eleitoral. E o STF frustrou essa expectativa! A Dilma indicou o Fux para responder ao PMDB (via Governador Sergio Cabral), que o governo vai continuar fiel a aliança PT/PMDB. O Governo pouco se lixou se Jader e

outros pudessem reassumir. O governo demonstra o que pensa em fazer na Reforma Política quando ajuda no retrocesso dessa conquista popular. ISSO MUITO NOS PREOCUPA

CS: Que legitimidade poderá ter a reforma política - coordenada por José Sarney - discutida e aprovada no Congresso Nacional, composto por uma grande parcela de congressistas corruptos, fichas sujas?

Marinor: O Sarney está em Plena sintonia com o que quer Dilma/PMDB/PSDB/PT. Estamos com receio que a reforma retroceda as conquistas do povo. O que ainda pode acontecer de pior, depois que a senadora Kátia Abreu entrou

na base do governo? Acredito que vem chumbo grosso contra o povo por aí.

CS: Frente à ameaça de Jader Barbalho de substituí-la no Senado, uma vez que o STF invalidou a aplicação da lei nas eleições de 2010, quais os passos que você propõe para a defesa do mandato popular?

Marinor: O povo precisa ir para as ruas em defesa da Ética na Política. Se não defendermos a Lei da Ficha, não terá validade nem em 2012, 2014, 2016,... Vamos também pressionar o judiciário para dificultar a vida dos fichas sujas e pedir ajuda aos sindicatos, entidades nacionais, OAB, CNBB, e outras para nos ajudarem a garantir uma estrutura jurídi-



ca, para que possamos disputar de igual para igual, usando todos os recursos necessários nessa, que acho, será uma longa disputa. Ousaremos lutar e vencer!

A quem interessa a construção do "trem-bala"?

Eloisa Mendonça

CST-PSOL/RJ

Apesar da urgência com que o governo federal conduz a construção do Trem de Alta Velocidade (TAV), que interligará as cidades do Rio de Janeiro, São Paulo e Campinas, foi adiado para julho deste ano o leilão do negócio milionário avaliado em R\$ 33,1 bilhões (valor de 2008), embora haja quem diga que possa chegar ao dobro deste valor conforme as contingências, que teriam sido excluídas do traçado original e devido à pressa e improvisação do empreendimento.

Dilma já conseguiu a aprovação da Câmara Federal para sua Medida Provisória que autoriza o BNDES a emprestar R\$ 20 bilhões para a construção do trem, além de um dispositivo no texto que permite aumentar em mais R\$ 2 bilhões esse empréstimo. Aprovaram também a criação da Empresa de Transporte Ferroviário de Alta Velocidade (ETAV), que será a responsável pela supervisão da execução das obras. Com isso ela vence um dos principais obstáculos para o megalomaniaco projeto, que era ter uma fonte de financiamento pública com juros baixos a fim de atrair empresas estrangeiras e empreiteiras nacionais para um negócio altamente lucrativo com baixo índice de riscos para o empreendedor. Além disso, o governo entrará com R\$ 3,4 bilhões de recursos do Orçamento da União para fazer frente às despesas com compensações ambientais e desapropriações.



O "trem-bala" servirá aos mais ricos, enquanto a população pobre sofre com a situação caótica dos transportes públicos

Mais dinheiro para as empreiteiras!

As cinco empreiteiras nacionais - Camargo Corrêa, Odebrecht, Andrade Gutierrez, Queiroz Galvão e OAS -, algumas delas já com seus pés fincados nas construções das usinas hidrelétricas de Jirau e Santo Antonio no rio Madeira (RO), são as que demonstram interesse claro pelo projeto e já estão conversando com as multinacionais estrangeiras que detêm tecnologia em trens de alta velocidade como a canadense Bombardier, a alemã Siemens e a francesa Alstom. Aliás, a Alstom que vem sendo investigada judicialmente na França por "corrupção" na atribuição de contratos no exterior, incluindo o Brasil, onde se apura se a multinacional teria pagado US\$ 6,8 milhões para obter um contrato de US\$ 45 milhões para a extensão do metrô de São Paulo. Além de fornecedora de trens para Brasília, é também fornecedora de turbinas para as hidrelétricas de Belo Monte e Santo Antonio, de linhas de transmissão da hidrelétrica Jirau no Rio

Madeira (obras que recentemente foram palcos de grandes manifestações da peãozada por péssimas condições de trabalho), e já está de olho nos negócios trilionários que deverão acontecer na área de energia nuclear se o governo federal levar adiante as construções de novas usinas em Angra dos Reis.

Destacamos finalmente, que o preço do bilhete no trem bala será equivalente ao do avião, pelo qual será mais um transporte para ricos.

Transporte caro e de má qualidade para o povo

Enquanto isso, temos que enfrentar os péssimos transportes urbanos disponíveis para a locomoção de milhares de trabalhadores pelo país afora. Para se ter idéia, no Rio de Janeiro todos os transportes de massa foram transferidos para a iniciativa privada - cujos maiores sócios são algumas dessas empreiteiras, como Odebrecht (60% da Supervia), Andrade Gutierrez (Barcas S/A) e Grupo Opportunity (Metrô Rio), cujas missões são ob-

ter lucros e não fornecer transporte seguro, barato e de qualidade para seus usuários, como se depreende dos diversos conflitos envolvendo metrô, barcas e trens com os seus passageiros. São casos de pannes nas composições por falta de investimentos em manutenção, passagens caríssimas, não cumprimento de intervalos entre uma viagem e outra, superlotação - as barcas são verdadeiras saunas ambulantes por falta de ventilação -, na hora do rush é preciso ser malabarista para andar de ônibus, metrô, barcas ou trem. A quantidade de acidentes, com mortos e feridos nos trens da Supervia é de chamar a atenção. Até espancamento de usuários, para que entrassem no trem e não impedissem o fechamento das portas, já foram flagrados sendo feitos pelos seguranças da empresa.

Quem vai mesmo lucrar com a construção do trem de alta velocidade são as grandes empreiteiras e as multinacionais estrangeiras que, com a crise econômica instalada na Europa e EUA desde 2008, vêem uma forma de obter ganhos com alta taxa de lucratividade e enviar esses lucros para suas matrizes nos seus países de origem. O Brasil e o BNDES são a salvação econômica para muitas dessas multinacionais.

Ao invés de disponibilizar essa dinheirama para empresas lucrarem e atender somente a uma parte da população, o governo deveria estatizar o transporte público de massas, conseguindo assim baratear as passagens e oferecer transporte público, preferencialmente de trens e metrôs, com agilidade e qualidade.

PAC: Programa de Aceleração da Corrupção

Silvia Santos

Executiva Nacional do PSOL

O boom da construção civil no governo Lula/Dilma veio acompanhado do conluio com as empreiteiras. Elas, que financiam as campanhas políticas dos governos conseguem volumosos contratos como forma de retribuição e empréstimos do BNDES com juros camaradas e prazos a perder de vista.

Por exemplo, uma das principais obras do PAC do NE, a duplicação da BR-101 foi investigada e denunciada pela PF e pelo Tribunal de Contas da União (TCU) apresentando indícios de fraudes, pagamento de propinas, desvio de verbas e má execução dos serviços.

No RN, a Operação Via Apia indiciou dois dirigentes do DNIT e três funcionários das empreiteiras por crimes de formação de quadrilha, peculato e corrupção ativa e passiva.

Em PE, no consórcio formado pela Queiroz Galvão, Andrade Gutierrez, Odebrecht e Barbosa Mello, a PF constatou a falta de cerca de 50 mil barras de aço que são fundamentais na estrutura do pavimento. O trecho, inaugurado com festa pelo ex. presidente Lula apresenta placas rachadas, sem poder esconder que o consórcio deixou de cumprir com o contrato para aumentar seus lucros. Também em PE, o laudo da operação Castelo de Areia denunciou sobre preço de R\$ 45 milhões na obra tocada pela OAS, Camargo Corrêa e Mendes Junior.

Em Jirau, foi denunciado pelo colunista Elio Gaspari que



a falta de projetos claros de engenharia levaram a Camargo Correa, que lidera o consórcio da hidrelétrica, a pedir R\$ 1,2 bilhão adicional por conta de escavações e serviços que não estavam previstos. Ou seja, as íntimas relações com o poder levam o governo a fechar contratos bilionários com dinheiro público sem sequer ter um projeto sério e detalhado antes de começar as obras!

No entanto, não para por aí o poder das empreiteiras no governo PT/PMDB. Recentemente, as provas da operação Castelo de Areia desenvolvida pela PF - uma das maiores investigações de corrupção nas obras públicas do país - foram anuladas por decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Dita investigação apontava um esquema de evasão de divisas, lavagem de dinheiro, crimes financeiros e repasses ilícitos para políticos, envolvendo três executivos da Camargo Corrêa. Destaca-se que um dos advogados da Camargo Corrêa é Marcio Tho-

mas Bastos, ex. ministro da Justiça do governo Lula.

Auditoria independente nas obras do PAC!

A comunhão de interesses governo-empreiteiras leva também à falta de fiscalização nas obras, razão pela qual também aumentaram os acidentes de trabalho e as denúncias de trabalho escravo nas obras do PAC. Já no ano retrasado, no sul de Goiás, na construção da Usina Salto do Rio Verdinho, tocada pela Votorantim Energia com apoio do BNDES, foram encontrados 98 trabalhadores em regime análogo à escravidão! No entanto, o governo Dilma, poupando para pagar juros aos banqueiros, cortou verbas que reduziram pela metade o orçamento para ações contra o trabalho escravo: de R\$ 5,3 milhões para R\$ 2,6 milhões!

Mesmo o programa Minha Casa Minha Vida, que não resolve o déficit habitacional

das famílias pobres, aprofundou especulação imobiliária. Por outro lado, a falta de fiscalização possibilita que as empreiteiras alcancem altos lucros construindo moradias de baixíssima qualidade que começam a rachar ao pouco tempo de ser inauguradas.

Este boom da construção civil - impulsionado por obras do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) e do Minha Casa, Minha Vida - colaborou para o aumento de 232% nas infrações registradas pelo Ministério do Trabalho. Em 2006, ano anterior ao lançamento do PAC, foram 5.005 irregularidades em relação à segurança e à saúde do trabalhador. Quatro anos depois, esse número chegou a 16.630. (FSP 11/04).

Uma das necessidades urgentes é coordenar e unificar as lutas e reivindicações dos trabalhadores da construção civil, somando a exigência de uma imediata auditoria independente em todas as obras do PAC.

Nas obras para Copa e Olimpíadas, mais subordinação a OBAMA

Silvia Santos

Executiva Nacional do PSOL

Desmentindo mais uma vez aqueles setores que consideram a política externa petista como progressiva, Dilma aproveitou a visita de Obama para abrir as portas às empreiteiras dos EUA que virão ao Brasil para explorar os trabalhadores e obter altos lucros.

Um dos acordos assinados prevê que o Ex-Im Bank financie a participação de empresas norte americanas nas obras de infraestrutura para a Copa e para as Olimpíadas, além de negociar com o BNDES o fomento de sociedades entre companhias norte americanas e brasileiras para investimentos em outros países.

Obras e mais obras que foram e continuarão funcionando com base na corrupção, como o foram as do PAN, que custaram 10 vezes mais do que inicialmente previsto. Por ex. o "Engenhão" que se previa custar R\$ 75 milhões, acabou com um custo de em torno de 400 milhões de reais!

Para cuidar dos interesses do capital, tarefa que demonstrou cumprir à risca na presidência do BC, a Presidente Dilma nomeou Henrique Meireles à frente da Autoridade Pública Olímpica. E nada menos que o deputado do PMDB, Eduardo Cunha, envolvido no escândalo de Furnas, cuidará das licitações da Copa e das Olimpíadas. Haja roubaheira!



Empreiteiras: capital "produtivo progressivo"?

É comum ouvir setores da esquerda atribuírem todas as desgraças do país ao "capital especulativo" poupando as grandes empresas, que serviriam para desenvolver o país. Inclusive existem setores que defendem que o PSOL deveria se aliar a setores do capital "desenvolvimentistas" como uma forma de resolver os problemas dos setores populares.

Evidentemente, as empreiteiras como as citadas nestas notas, são parte das chamadas empresas "produtivas". Ficando absolutamente claro através destes exemplos, que jamais poderiam ser cogitadas como aliadas dos trabalhadores e da nação. Infelizmente, aqueles setores que as defendem como possíveis aliadas abandonam toda análise de classe, buscando um suposto "campo" com capitalistas produtivos que já vimos que, ao invés de ajudar o povo trabalhador, vive de sua brutal super exploração.

É no governo Lula que,

turbinadas pelos créditos do BNDES (Banco Nacional De Desenvolvimento) - que acabam sendo pagos pelo povo -, empresas brasileiras avançam na sua internacionalização se fortalecendo como multinacionais. As onze principais multinacionais brasileiras concentram-se em recursos naturais (Gerdau, Vale, Petrobrás, Votorantim), engenharia e construção civil (Odebrecht, Andrade Gutierrez) e manufaturas intensivas em engenharia (Marcopolo, Sabó, Embraer, WEG e Tigre). Assim, além de explorar os trabalhadores brasileiros, super exploram os de outros países, fundamentalmente na América Latina.

Agregamos também que os setores chamados produtivos obtêm parte de seus lucros do capital financeiro, não produtivo. "Pois as empresas, ao invés de investir no seu maquinário e estrutura, compram papéis buscando o juro pago pelos títulos públicos" explica o economista da UFRJ Reynaldo Gonçalves.

Generosos empréstimos do BNDES são pagos pelo povo!

Conforme apontado no Relatório Final da recente CPI da Dívida Pública, a partir de 2009 o governo federal passou a se endividar pesadamente junto ao setor financeiro – aos maiores juros do mundo – para obter recursos a serem emprestados pelo BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) às empresas privadas, a taxas de juros extremamente subsidiadas.

Desta forma, mesmo que tais empresas pagassem suas dívidas com o BNDES, a sociedade ainda arcaria com grande cus-

to, dado que as taxas de juros pagas pelo governo federal junto ao setor financeiro são muito maiores que as taxas de juros pagas pelas empresas ao BNDES.

Agora, a MP nº 511 permite que tais empresas posterguem o pagamento das dívidas ao BNDES, ou simplesmente não paguem tais financiamentos. Como consequência, o povo brasileiro irá arcar não somente com os juros, mas também com o principal da dívida interna feita junto ao setor financeiro. (Notícias Auditoria Cidadã da Dívida).

Os impactos das hidroelétricas no meio ambiente

Adolfo Santos

CST-PSOL

Em nome do desenvolvimento econômico, a construção de usinas hidroelétricas sem os devidos estudos de impacto socioambiental tem gerado verdadeiras catástrofes. O "desenvolvimento sustentável" torna-se um mero discurso de palanque pré-eleitoral e os interesses econômicos acabam primando sobre as necessidades da vida das comunidades ribeirinhas e o meio ambiente.

"Agora não pode por causa de um bagre parar as obras"

Foi antológica, por irresponsável, a frase do então Presidente Lula referindo-se à paralização das obras Jirau e Santo Antônio pelo efeito negativo que teria para a vida da fauna no curso do Rio Madeira, em especial dos bagres. Justamente, essas espécies que vão dos Andes a Belém, alimentam várias comunidades e dão trabalho aos pescadores, dos quais somente em Belém existem 15 mil que dependem dessa espécie.

O governo não desconhece as consequências negativas que, sem as devidas precauções, causam estes empreendimentos. Desde Itaipu para cá, tem-se deixado uma marca de destruição na flora, na fauna e na vida dos moradores das regiões afetadas. Para mencionar só um exemplo, na Usina de Tucuruí, no Pará, houve uma fuga em massa de macacos, aves e outras espécies durante os dois meses que durou a inun-



dação do lago de 2.430 km². Atualmente, a estimativa é que apenas 1% das espécies sobreviveu em Tucuruí.

Este crime socioambiental está sendo cometido pelo governo Dilma nas obras de Jirau e Santo Antônio. Atropelando os vários relatórios do IBAMA que questionavam a viabilidade do projeto inicial, as grandes empreiteiras, beneficiadas pela relação promíscua com o poder político, não só conseguiram a licença definitiva para tocar a obra, como, no caso de Jirau, mudaram em 9 km o local do projeto original. A gravidade do problema tem causado protestos internacionais. A Bolívia expressou sua preocupação com o impacto ambiental e sanitário que as usinas de Santo Antônio e Jirau poderão causar, tendo em vista a proximida-

de de sua construção com a fronteira daquele país (100 km).

Por tudo isto, não estranhou que, em resposta à denúncia encaminhada em novembro de 2010 em nome de várias comunidades tradicionais da bacia do Xingu à Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) da OEA, esta tenha solicitado a imediata suspensão da licença e construção do complexo hidrelétrico Belo Monte no Pará. Para tal medida, cita "... o potencial prejuízo da construção da obra aos direitos das comunidades tradicionais da bacia do rio Xingu". É evidente que o que poderia ser uma fonte limpa de energia se foram cumpridas as exigências ambientais, está-se transformando numa fonte suja, manchada de sangue e destruição.

CRESCER A MALÁRIA EM JIRAU

Verdadeiras cidades construídas nos canteiros de obras, com péssimas condições de higiene e atendimento médico, ajudam a disseminação de doenças. Não por acaso, os casos de malária aumentaram em 200% em Jirau desde o início da obra, visto que está em uma zona de alto risco, uma vez que existe uma enorme concentração de trabalhadores - 22.500 - e a existência na região de uma variedade do mosquito que ataca preferencialmente os humanos.

DILMA mandou a Força Nacional de Segurança contra os trabalhadores do PAC

Adolfo Santos

CST-PSOL

A revolta nos canteiros de obra também coloca a nu a política do governo frente às lutas dos trabalhadores. Os fatos no acampamento de Jirau e Santo Antônio são uma das maiores provas de como se criminalizam os movimentos que lutam. Não poderia ser diferente. Quem paga a banda escolhe a música. Empreiteiras como a Camargo Corrêa e a Andrade Gutierrez, financiadores de campanha são grandes beneficiários deste governo.

O canteiro explodiu

Em Jirau e Santo Antônio, além do regime de trabalho puxado, baixos salários e deploráveis condições de trabalho, conhecidas e aceitas pelo governo e as centrais chapabrancas, foram o combustível que provocou uma das maiores explosões dos últimos tempos. Cansados, os trabalhadores paralisaram a obra, destruíram veículos, e incendiaram os barracos do acampamento onde são confinados exigindo uma negociação para discutir suas reivindicações.

Mas ao invés de intervir em auxílio dos trabalhadores e abrir uma ampla investigação sobre as condições de trabalho nas obras do PAC, o governo enviou a Força Nacional de Segurança Pública*, uma tropa de elite para atuar em situações de extrema emergência. Como tantas outras vezes, o conflito social virou caso de polícia. Essa ação do governo foi a que balizou os capangas da Camargo Corrêa que agrediram fisicamente e tentaram expulsar os estudantes da UNIR (Universidade de Rondônia) que mediante um panfleto foram a se solidarizar com os



trabalhadores em luta na entrada da obra.

O governo e a CUT sabiam das violações

O governo com sua ação repressiva e o sindicato com sua omissão atuaram em favor da empreiteira. Ambos sabiam o que acontecia nas obras já que em 2010 os trabalhadores da usina de Santo Antônio tinham efetuado outra revolta contra a Camargo Correa. As péssimas condições de trabalho vêm sendo denunciadas de muito tempo pelo MAB (Movimento de Atingidos por Barragens). *“... mais de 15 mil operários da obra estão em situação de super-exploração, com salários extremamente baixos, longas jornadas e péssimas condições de trabalho”*.

Infelizmente, o MAB, que também no segundo turno apoiou Dilma, poupa o governo e coloca toda a responsabilidade nas empreiteiras que foram denunciadas num relatório de violação dos Direitos Humanos aprovado pelo próprio Governo Federal. O governo joga para a platéia aprovando relatórios

sem nenhum custo econômico, enquanto enchem os cofres das empresas construtoras que lhe financiam suas campanhas milionárias. Se de verdade o governo considera que essas empresas violam os direitos humanos, como é que ainda lhes adjudicam as obras do PAC?

Muitos companheiros não querem admitir que um governo do PT criminaliza as lutas, muito menos com a anuência de sindicatos que aderem à CUT. Mas o governo Lula abriu outra etapa na história do PT. Integrou-se à ordem e governa com os corruptos, os coronéis e grandes empresários. Nesse giro sugou a CUT, cooptando seus dirigentes que, acomodados em altos cargos, só se lembram do chão da obra na hora de cobrar o imposto sindical.

Por isso, em meio desta justa luta, não é estranho ouvir o prefeito do PT de Porto Velho, aderindo ao coro das empreiteiras e chamando os trabalhadores em luta de *vândalos*, ou um dirigente da CUT e do STICCERO, o sindicato da construção civil de

RO agitar: *“... não podiam parar uma obra do PAC!”*. É a mesma lógica do prócer do “new PT”, José Dirceu, que num recente artigo escrito para o Correio do Brasil, afirmou que depois da reunião em Brasília entre patrões, governo e a CUT, em Jirau e Santo Antônio está tudo resolvido (?) e fecha seu artigo dizendo: *“...Agora é mãos à obra, minha gente! O Brasil precisa muito dessas hidrelétricas”*.

De nossa parte podemos dizer que os trabalhadores do PAC podem e devem parar as obras para exigir melhorias. Nesse processo terão nosso incondicional apoio, porque do que realmente o Brasil precisa é de muitas lutas como as de Jirau e Santo Antônio para fazer justiça e mudar nossas condições de vida.

* A primeira missão oficial da FNSP ocorreu em 30/11/2004, em Vitória (ES). Na ocasião, a FNSP substituiu o Exército já que a cidade vivia uma crise na segurança pública, com denúncias de que traficantes teriam corrompido todas as polícias e o Judiciário local. Em junho de 2006, a Força voltou a ser acionada no Mato Grosso do Sul, para apoiar o policiamento local, após uma série de rebeliões nos presídios.

Conferência Nacional da CST/PSOL

Rosi Messias

Dirigente Nacional da CST e da Executiva Estadual do PSOL/RJ

Em meio à poderosa revolução do norte de África, a CST - Corrente Socialista dos Trabalhadores -, corrente interna do PSOL, realizou sua Conferência Nacional no Rio de Janeiro. Além dos delegados e da direção da corrente, participaram dirigentes da UIT-QI Unidade Internacional dos Trabalhadores - Quarta Internacional e da FOS - Frente de Oposição Socialista, com atuação na APEOESP - Sindicato dos Profissionais da Educação de SP e integrante da Tendência Sindical "Unidos Para Lutar".

Ato de abertura com destaque para Revolução Árabe

No primeiro dia, foi realizado um ato de abertura dedicado à Revolução Árabe. Nele, Babá, dirigente da CST e do PSOL ressaltou "a importância do caráter internacionalista da nossa Conferência, que ocorre em um momento fundamental para os povos árabes, que protagonizam revoluções que se alastram por toda a região, sendo um exemplo para os povos de todo o mundo". Orlando Chirino, dirigente sindical e político venezuelano e da UIT-QI, destacou: "Não temos ilusão em Chávez, que promove um plano de ajuste e de fome, que penaliza os mais pobres e pretende tutelar o movimento sindical. Nós lutamos por organizar a classe trabalhadora de forma independente e autônoma do governo.". Para Marcus dirigente da FOS, "... participar da confe-



rência da CST é uma oportunidade ímpar para nossa organização e pretendemos estreitar ainda mais nossos laços". Encerrando as falas, Miguel Sorans, dirigente de Esquerda Unida da Argentina e da UIT-QI, se pronunciou sobre a revolução árabe "... nessa luta, que não é somente democrática, mas que tenta avançar em conquistas sociais a nossa trincheira é a do povo mobilizado contra as ditaduras e contra qualquer tipo de intervenção imperialista".

Em seguida, com muitos aplausos, se aprovou conceder a presidência honorária da Conferência à luta do povo árabe e aos dirigentes sindicais assassinados na Venezuela, a maioria pertencente à nossa corrente irmã, mortos pelas balas dos paramilitares na tentativa de calar os que lutam de forma conseqüente pela verdadeira revolução socialista naquele país.

As resoluções votadas fortalecem o caráter socialista e de combate da CST

No ponto internacional, após entusiasta discussão, se votou a realização de uma

campanha internacional de apoio a luta do povo árabe, em especial do povo líbio, contra a agressão imperialista e a ditadura de Kaddafi. Destacamos que no momento da Conferência, um companheiro da UIT-CI estava no Egito acompanhando o processo nesse país e seus informes ilustraram os debates.

Sobre a conjuntura nacional, a Conferência concluiu que o eixo da resolução política é fortalecer a resistência e as lutas dos trabalhadores e setores explorados para derrotar o ajuste do governo PT/PMDB. Nesse processo, desenvolver novos organismos da classe trabalhadora na perspectiva de uma nova direção, com democracia e autonomia dos patrões e do governo. Para tanto, apostar nas lutas concretas dos trabalhadores e dos estudantes pelas suas reais necessidades, apoiar novas chapas classistas na disputa dos sindicatos e fortalecer as oposições sindicais. Neste sentido a atuação no movimento sindical adquire um caráter prioritário e, desde a "Unidos Para Lutar", buscaremos fortalecer uma alter-

nativa de direção sindical.

Se nossa Conferência Nacional demonstrou um importante crescimento da CST no terreno sindical, o que ficou demonstrado na origem da maioria dos delegados, não foi menos importante a participação da juventude. Dirigentes estudantis de DCE's e DA's, além de participar ativamente dos debates, fizeram várias propostas de resolução. O eixo de intervenção na juventude será o de apoiar as mobilizações e a conformação de chapas para os DCE's e DA's com todos aqueles que rejeitam a política governamental, assim como continuar lutando pela unidade de todos os setores, sejam da esquerda da UNE ou da ANEL, para construir um pólo nacional de reagrupamento e oposição ao governo federal.

Outra importante discussão foi o fortalecimento e regularização do jornal **Combate Socialista**, que contará com uma campanha de assinaturas em todo o país. O PSOL também foi tema de debate, destacando-se a necessidade de batalhar para localizar o partido com uma clara oposição de esquerda, de luta e de classe ao governo Dilma, aos governadores e os partido políticos do regime, cúmplices na aplicação da política econômica. Sobre a questão racial, definiu-se abrir um debate sobre o tema a partir de uma visão classista.

No final, a confraternização, selou a vitoriosa Conferência Nacional e a certeza que a CST se fortalece e cresce como uma corrente socialista e de esquerda do PSOL.

LUCIANA GENRO cria cursinho financiado por grandes empresas

Diego Vitello

Executiva PSOL/RS

Cursinho vai contra a defesa da educação pública

No PSOL gaúcho a última novidade da direção majoritária é um cursinho pré-vestibular encabeçado por Luciana Genro. O fato a primeira vista pode parecer bom, já que todos defendemos a proliferação de cursinhos que sirvam de apoio para que a classe trabalhadora entre nas universidades públicas. Porém, a realidade do cursinho da companheira é outra. Seu projeto já recebeu 500 mil reais de 4 grandes empresas e uma federação patronal (Zaffari, Panvel, Multiplan, Icatu Seguros e Fecomércio). Ao invés de fortalecer o caráter público da educação, lutando por mais verbas públicas, este cursinho corrobora o discurso neoliberal, que coloca a iniciativa privada como "parceira" da educação. No RS, o sindicato dos trabalhadores em educação, CPERS, travou recentemente uma batalha contra a ex-governadora Yeda, que fez "parcerias" com bancos que financiavam as escolas estaduais. Isto mostra que a política do cursinho pré-vestibular de Luciana Genro está na contramão da luta dos trabalhadores.

Quem são os "parceiros" de Luciana Genro?

Conforme o site de seu cursinho www.emancipars.com.br Luciana Genro classifica seus financiadores como "parceiros". Apenas para dar um exemplo, a Fecomércio reúne 112 sindicatos patronais, em um dos setores onde a superexploração dos trabalhadores é mais brutal: trabalham cerca de 10h diárias, 6 dias por semana, de domingo a domingo, ameaçados pelos patrões de Fecomércio para fazerem horas extras, por salários que em média são de R\$600,00.



Grandes empresas patrocinam cursinho de Luciana Genro, na foto ao lado do pai e governador Tarso Genro (PT)

O que faz a direção do MES é utilizar o prestígio de Luciana Genro para embelezar os donos das empresas, mentir para os trabalhadores e os jovens alunos do seu cursinho que estas empresas são suas parceiras. Enfim, uma política desastrosa para a consciência de nossa classe.

Uma trajetória cambaleante que levou o PSOL gaúcho a diversas derrotas políticas

Porém, as políticas desastrosas não vêm de hoje por parte da direção do MES. Na campanha de 2008, a multinacional Gerdau, financiou a campanha desta corrente. Na mesma eleição, Luciana disse que não havia problema em

receber dinheiro de "empresários que estão dispostos a lutar contra a corrupção". Foi em 2008 que o MES fez uma aliança eleitoral com o PV, partido governista. Também neste ano foi quando Luciana Genro apareceu no programa de TV do PSOL, ao seu lado e trocando elogios, com o Ministro da Justiça na época e atual governador do RS, Tarso Genro.

Já na campanha de 2010, o MES seguiu financiado por grandes empresas. O resultado não podia ser outro. O grupo que dirige o PSOL RS retirou a candidatura ao senado do partido e chamou publicamente voto em Paulo Paim do PT, o mesmo senador que votou pelo salário mínimo de fome de R\$545,00 e vota em todos os projetos de sua chefe Dilma. Mas desta vez a trajetória cambaleante infelizmente derrubou um patrimônio de todo o PSOL, que foi o mandato de Luciana, fundamental para a construção de nosso partido no estado.

Todas estas vacilações na política do PSOL RS foram construídas pela direção do MES sem o mínimo de demo-

cracia partidária, atropelando instâncias, sem fazer qualquer plenária de debate com a base do partido. Infelizmente muitos destes passos equivocados foram apoiados pelo atual bloco majoritário do PSOL em nível nacional. Exemplo recente disto foram os elogios do senador Randolfe da APS ao cursinho de Luciana Genro.

É preciso reconstruir o PSOL RS para a luta dos trabalhadores e da juventude!

O PSOL gaúcho atravessou difíceis momentos. Mesmo assim, a militância do RS foi uma parte fundamental para derrotar a proposta nacional da direção do MES de que o PSOL apoiasse a candidatura neoliberal de Marina Silva para a presidência. Esta vitória mostra o caminho que devemos tomar no RS.

Não podemos deixar de citar que a recente ruptura da corrente regional AS, com um importante peso nos professores estaduais, foi culpa dos erros políticos do setor majoritário no RS. Porém, também não podemos concordar com os companheiros que se abstiveram de dar a batalha pelo PSOL, saindo do partido sem apresentar alternativa política e mesmo após vitórias importantes que tivemos, como a candidatura própria em 2010.

Para retomar o rumo das lutas contra os patrões é preciso negar seu financiamento, colocar a luta de classe, e não as eleições, como o centro da atividade partidária, democratizar o partido, ou seja, é preciso impor uma derrota àqueles que impuseram esta trajetória cambaleante.

Marcelo Freixo debate Segurança Pública na UNIRIO

Priscila Guedes

Coordenadora Geral
do DCE-UNIRIO

Com o auditório lotado com quase 300 estudantes, no dia 30/03, recebemos na UNIRIO o deputado estadual do PSOL, Marcelo Freixo, inspirador de personagem no filme Tropa de Elite 2. O evento fez parte do ciclo de debates do DCE da UNIRIO e contou também com a ilustre presença do vocalista da Banda Detonautas Tico Santa Cruz e o Prof^o Jadir do Curso de Direito da universidade.

No centro do debate estiveram temas como violência, insegurança pública e as lamentáveis declarações do Deputado homofóbico e racista Bolsonaro. Os três palestrantes concordaram em um ponto central - a política de segurança pública do Governador Sérgio Cabral tem sido para reprimir a população pobre e trabalhadora e que as milícias que atuam como máfias são sustenta-



das pelas elites e por grandes banqueiros e empresários.

Marcelo Freixo fez referência a CPI das Milícias (2008) que presidiu na Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro, que possibilitou a prisão de vários milicianos como ex-chefe de polícia e ex-deputado estadual Álvaro Lins. No debate, Marcelo fez questão de afirmar: *“as UPPs, unidade de polícia pacificadora estão sendo instaladas nas favelas, onde estão os corredores dos gran-*

des eventos da Copa do Mundo e das Olimpíadas, de fato não garante segurança à população das favelas.”

O debate foi bastante participativo, foram falas e questionamentos aos palestrantes, que responderam com muito entusiasmo, arrancando aplausos da platéia. O DCE UNIRIO está de parabéns pela iniciativa de realizar este importante debate, atravessando os muros da instituição trazendo temas importantes

que envolvem toda a sociedade. Barbara Sinedino do DCE e da **Juventude Vamos à Luta** ressalta: *“Esse é apenas o primeiro de muitos debates políticos que o DCE realizará na gestão “Quem vem com tudo não cansa”.*

SOLIDARIEDADE A MARCELO FREIXO

Durante a prisão do vereador Luiz André Ferreira da Silva (PR), conhecido como Deco, chefe de uma máfia acusada de tortura, assassinato, extorsão, entre outros, descobriu-se que planejava o assassinato do deputado estadual Marcelo Freixo (PSOL/RJ).

Marcelo desde 2008 está com sua vida ameaçada. É necessário organizar uma grande campanha nacional em defesa da vida de Marcelo, que envolva os organismos de direitos humanos, artistas, os partidos de esquerda, as entidades sindicais, estudantis e populares.

Barrado o aumento da passagem em Belém e Região Metropolitana

Recentemente o governo Dilma apresentou diversas medidas para conter o consumo como forma de *“combater a inflação”*. Nada mais falso. A verdade é que a inflação sobe porque a maioria dos preços regulados pelo próprio governo sofreu um duro aumento, como os de alimentos e tarifas. Exemplo disso foi o reajuste na cesta básica que foi de mais de 16%, na energia elétrica 11,5% e principalmente o preço da passagem de ônibus de 11%. A saída deveria ser que Dilma através das agências reguladoras proibisse os aumentos e favorecesse a maioria da população.

Como infelizmente o gover-

no tem outra prioridade a alternativa é a organização dos trabalhadores e da juventude. Por isso que em Belém a população está dando uma dura batalha contra o reajuste da passagem de ônibus. A proposta da prefeitura e dos empresários é que haja um aumento de 16%. Caso seja aprovado, no trabalhador que recebe um salário mínimo será de 20%.

Através da Unidos pra Lutar e do Vamos à Luta, com outras entidades e movimentos, ingressamos na justiça e já organizamos dois atos, que conseguiram congelar o aumento da passagem.

Márcio Amaral, presidente do Sindicato dos rodoviári-

os de Ananindeua e Marituba, diz que: *“utilizaremos nossa data-base para denunciar o aumento da passagem. O reajuste só serve à patronal, enquanto isso os rodoviários continuam com jornadas excessivas e baixos salários”*. Em meio a campanhas salariais e a volta das aulas na rede estadual de ensino faremos uma poderosa luta.

“O prefeito se surpreenderá com a nossa mobilização. Se no Egito e Tunísia conseguiram derrubar ditadores quem duvida que aqui possamos derrubar o aumento da passagem?” afirma Rogério Guimarães, presidente do DCE-Unama.

Obama no Brasil: subserviência de Dilma e repressão aos movimentos sociais

Obama veio ao Brasil tentando diminuir os efeitos da crise econômica pela qual o mundo e os EUA estão passando. O Pré-Sal é um dos seus grandes interesses.

Dilma deu aula de subserviência e até os ministros tiveram que tirar seus sapatos para serem revistados pelo FBI. Cabral não ficou atrás e reprimiu os militantes que protestaram contra a presença de Obama no Brasil. 13 militantes foram presos, dos quais 10 do PSTU e o companheiro João Pedro, menor de idade estudante do Colégio Pedro II e militante do PSOL.

Essa é a cara do novo PT e de seus aliados: proibem a participação de seus militantes nos atos e reprimem com violência àqueles que não se calam.

Repudiamos a repressão e exigimos o arquivamento dos processos. Protestar não é crime e os militantes não são criminosos.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

A CAMPANHA SALARIAL 2011

Neide SolimõesExecutiva da Condsef
e SINTSEP-PA

O funcionalismo público foi alvo do corte de 50 bilhões de reais que a presidente Dilma anunciou no quadragésimo dia do governo. Além da suspensão dos concursos públicos, serão encaminhados vários projetos. O mais grave é o PL 549, que congelará o salário do funcionalismo por dez anos. Está em pauta também o PL 248, que delibera sobre a perda do cargo público por insuficiência de desempenho e a Medida provisória 520, que visa entregar a gestão dos hospitais universitários nas mãos de uma empresa de direito privado. Anuncia-se uma nova reforma da previdência; aplica-se uma pressão diária para cortar adicionais de insalubri-

dade, horas extras e reposicionamento de aposentados. O desmonte do funcionalismo público está declarado.

O ajuste fiscal é voltado contra as áreas sociais, pois os deputados reajustaram o próprio salário em 61,83%, da presidência da República em 133,96% e do vice-presidente e ministros em 148,63%. Mas, para o salário mínimo, Dilma exigiu a aprovação do valor de R\$ 545,00, no que foi prontamente atendida pela maioria dos parlamentares. Não há falta de dinheiro, pois o país gasta 48% do Orçamento da União com juros e amortização da dívida pública, passando aos agiotas mais de 1 bilhão de reais por dia! Esse pacote exige dos trabalhadores uma resposta à altura, no entanto, a maioria das entidades ainda é dirigida pela

CUT, que sendo braço direito do governo Dilma, não joga peso em uma luta nacional e unitária que possa derrotar essa política de ataques à classe trabalhadora e ao povo pobre brasileiro. O dia 16 de fevereiro, quando foi realizada uma Marcha Nacional em Brasília com lançamento da campanha salarial dos SPF's, deveria ter sido um dia de luta de todos os trabalhadores, pois naquele dia seria votado o valor do salário mínimo. A CUT, em sua decisão de proteger o governo Dilma, propôs que apenas se lançasse a campanha salarial para "não descaracterizá-la". E, pela primeira vez no lançamento de uma Campanha Salarial, o governo não recebeu diretamente das mãos dos representantes sindicais a sua pauta de reivindicações. A ministra

Mirian Belchior alegou não poder receber as entidades, o que revoltou os servidores presentes.

O governo Dilma reproduz as práticas que marcaram os anos FHC: autoritarismo e desrespeito às entidades sindicais, pois sequer respondeu aos ofícios enviados pelas entidades. Os SPF's devem seguir o caminho dos trabalhadores da Europa na sua luta contra os planos de ajuste, como fizeram na Grécia, Espanha, Portugal ou Reino Unido, com greves e fortes mobilizações. Também, o exemplo dos trabalhadores das Usinas de Jirau e Santo Antônio, que se rebelaram contra a falta de condições de trabalho e chamaram a atenção do Brasil inteiro para seus problemas, tendo as suas reivindicações atendidas.

MAJORITÁRIA DA FASUBRA DESMONTA GREVE CONTRA A VONTADE DA CATEGORIA

Claudia González

Executiva do PSOL - Niterói/RJ

No dia 16 de fevereiro, na Plenária nacional da Fasubra, a categoria definiu realizar assembleias para deliberar a realização de uma greve depois de demonstrar sua força em uma grande mobilização em Brasília. Conscientes de que reajuste só se obtém com muita luta, 24 entidades sindicais, representando os trabalhadores da ampla maioria das Instituições de Ensino, aprovaram a greve para o dia 28 de março; outras quatro entidades aprovaram o dia 28 para pressionar uma negociação e 11 definiram realizar mobilizações. Uma nova plenária da Fede-



APESAR da mobilização crescente, majoritária da Fasubra desmontou a greve.

ração encaminharia a deflagração da greve. Infelizmente, no dia 26 de março, a direção majoritária da Fasubra, liderada pelo coletivo Tribo (Articulação/PT), desconheceu a decisão da ampla maioria da base da categoria. Os delegados deste agrupamento vota-

ram contra a deliberação das assembleias de seus próprios sindicatos. Esta manobra permitiu que esta direção desmontasse uma luta em curso com o argumento de que o governo teria marcado uma mesa de negociação para o dia 14 de abril. A Tribo demonstrou com

clareza que é cúmplice direta de um governo que quer implementar congelamento salarial para o funcionalismo e empreender a aplicação de medidas que retiram conquistas dos trabalhadores. Os coletivos sindicais "Vamos à Luta" e "Base" - ao qual o Sintuff está alinhado - denunciaram esta traição, visto que entendem que a defesa dos trabalhadores está acima dos interesses do governo e dos agrupamentos que compactuam desrespeitando as decisões da categoria. Devemos buscar a unidade de todos os sindicatos das universidades que votaram a favor da greve e que não aceitam a política conciliadora nem as manobras da maioria da Fasubra.

Se **KADDAFI** não é antiimperialista, por que o apoiam **CASTRO**, **CHÁVEZ** e **ORTEGA**?

Silvia Santos

Executiva Nacional do PSOL

Esta é uma reflexão imprescindível no atual momento em que as atitudes destas lideranças criaram uma enorme confusão na vanguarda lutadora mundial. A responsabilidade de Castro, Chávez e Ortega é imensa, considerando a expectativa que despertam em setores de massas, sobretudo em nosso continente, e a confiança que - erroneamente - lhe depositaram setores da esquerda mundial, permitindo que eles falassem em nome dela. Inclusive confiando que poderiam ser um apoio fundamental para a revolução em curso nos países árabes.

Que Kaddafi não é antiimperialista o reconhece o próprio Fidel Castro, que nas suas "Reflexões" de 4 de março afirmou: "... É um fato irrefutável que as relações entre EUA e seus aliados da OTAN com a Líbia nos últimos anos eram excelentes, antes que surgisse a rebelião no Egito e na Tunísia.... O país era uma fonte segura de abastecimento de petróleo de alta qualidade, gás e inclusive potássio. Os problemas surgidos entre eles durante as primeiras décadas tinham sido superados... se abriram aos investimentos estrangeiros setores estratégicos como a produção e distribuição do petróleo...."

No entanto, Fidel Castro se ocupou, logo que começou o processo revolucionário, de condenar uma possível agressão militar imperialista, negando os crimes de Kaddafi e apoiando-o contra a rebelião de seu povo. Hugo Chávez, por sua vez, para saber o que estava acontecendo quando começou o processo revoluci-



onário na Tunísia e no Egito, ligou diretamente para seu "amigo" Kaddafi, a quem considera "companheiro". Tanto que em 2009 lhe entregou uma réplica da Espada de Bolívar e o comparou com o Libertador. Também denunciou a possível intervenção militar imperialista como perigo imediato das massas líbias e calou-se frente ao massacre que realiza esse regime corrupto contra seu povo. Daniel Ortega considerou Kaddafi vítima de uma "ofensiva midiática feroz", declarando apoio total ao regime do ditador. Evo Morales, numa atitude aparentemente neutra, conclamou Kaddafi e o povo líbio a realizar "esforços para resolver a crise política de forma pacífica", proposta assumida posteriormente também pelo presidente Chávez e aprova-

da na reunião da ALBA, trazendo de fato a causa do povo líbio, e protegendo Kaddafi ao ocultar seus crimes.

Não atribuímos esta política à falta de recursos políticos ou ideológicos. Não há "confusão" nem "ignorância". Tampouco estamos frente a um problema tático. Nem existem razões de estado, nem diplomáticas que justifiquem o apoio à um governo assassino, que massacra seu povo, e menos ainda em nome do "antiimperialismo" e do "socialismo".

Eles atuam desta forma porque estão defendendo até o fim seus próprios regimes, suas próprias burocracias, seus próprios privilégios, sua situação material que não se contrapõe frontalmente com os interesses do imperialismo; mas o que não podem suportar é o movimento de massas

mobilizado em busca de pão e liberdade, pois isso pode representar seu túmulo.

Fidel Castro não pode apoiar a luta por liberdade, democracia e pão, enquanto em Cuba existe regime de partido único, não existe liberdade sindical, e avança a abertura e entrega do país às multinacionais imperialistas. Também Chávez não pode apoiar essa rebelião, pois estimularia a luta de seus próprios trabalhadores e setores populares, reprimidos pelo seu governo quando lutam pelo salário, condições de trabalho ou direitos de se organizar de forma independente do governo. Confundir antiimperialismo com a defesa de interesses burocráticos e capitalistas é a tarefa que a esquerda consequente tem a responsabilidade de desfazer. É necessário falar com total transparência, dar nome aos bois e esclarecer àqueles que vêm nestes governos um possível apoio à sua luta, que, infelizmente, eles estão na trincheira de Kaddafi, como estiveram na de Mubarak e Bem Ali, uma vez que nunca se pronunciaram em apoio ao povo que se insurgia legitimamente para derrubá-los.

Não existe hoje um partido ou organização socialista, de luta e consequente que seja reconhecida pelas massas nestes países. Mas existe um povo e uma classe trabalhadora que estão fazendo uma revolução o que possibilita aprender em dias o que não se aprende em décadas. Existe assim uma oportunidade ímpar para avançar na tarefa de construir essa direção, que será chave para que o processo avance e possa resolver os graves problemas sociais que atingem a maioria da população.

A OTAN e Kaddafi contra o povo líbio

Miguel Lamas

Correspondência Internacional

A OTAN segue bombardeando a Líbia e, nos últimos dias, atacaram as forças rebeldes pela terceira vez, matando a 13 lutadores. Por outro lado, o imperialismo, iniciou as negociações com Kaddafi.

Depois do ataque aos rebeldes, a OTAN não se desculpou, e disse que "seguirá cumprindo com o mandato da ONU" e atacando forças que "potencialmente possam causar danos a população civil da Líbia", dando a entender que a milícia rebelde poderia cair nesta definição.

A rebelião

A insurreição popular se iniciou em fevereiro, depois da repressão armada aos protestos pacíficos. O povo reclama por liberdades políticas, contra a corrupção e desemprego, e pela saída de Kaddafi. O povo rebelde tomou quartéis e delegacias e ocupou importantes cidades como Benghazi (a segunda cidade do país), dentre outras. Nas cidades libertadas os comitês populares tomaram o poder local.

A Líbia é parte da rebelião generalizada de 20 países árabes, em primeiro lugar a Tunísia e o Egito, que se levantaram contra ditaduras corruptas e pró-imperialistas. Na Líbia, o regime kadafista, de origem nacionalista burguês, desde 1992 pactuou com o imperialismo, entregou o petróleo e inclusive pactuou com Bush para ser parte da "guerra contra o terrorismo". O custo foi uma desenfreada corrupção de Kaddafi e de seus filhos que se associaram a empresas imperialistas (entre elas a FIAT).



Por isso o apoio de Fidel Castro, Chávez e Ortega à Kaddafi, sendo que os dois últimos chegaram a chamá-lo de "antiimperialista", não tem nenhuma justificação progressista.

Contra-ataque de Kaddafi e ataque da OTAN

Frente à insurreição popular, o imperialismo, compreendendo que seu antigo aliado Kaddafi já não garantia seus interesses petroleiros, pediu sua renúncia, tentando influir em um futuro governo.

Na zona rebelde, se formou o Conselho Nacional de Transição (CNT), com personalidades que acabam de romper com o regime de Kaddafi, alguns intelectuais e burgueses. O CNT se colocou acima dos comitês populares aproveitando a falta de uma centralização destes. O CNT, em vez de apelar para a solidariedade popular do Egito e demais países árabes que poderiam enviar armas e voluntários, centrou sua estratégia em buscar apoio imperialista, prometendo "respeitar investimentos".

Enquanto isso, Kaddafi contratou a milhares de mercenários estrangeiros, grande

parte deles através da empresa Global CST, ligada diretamente ao Estado de Israel (página Voltairnet) e ingressados, junto com equipamentos bélicos, desde a vizinha Argélia a Síria. Com estes reforços, com uma superioridade de armamento sobre as mal armadas milícias voluntárias rebeldes, Kaddafi contra-atacou e conseguiu recuperar grande parte das cidades em posse dos rebeldes, chegando até as portas de Benghazi. Neste momento, em 19 de março, se produziu o ataque aeronaval da França, Grã Bretanha e Estados Unidos às instalações militares de Kaddafi, autorizado por uma resolução da ONU para supostamente "defender os civis".

O imperialismo se negou a dar armas às milícias rebeldes por considerá-las "incontroláveis". Então foi ficando claro o objetivo da OTAN, golpear as forças de Kaddafi, mas impedir um triunfo militar das milícias rebeldes. O empate militar permite a OTAN atuar como árbitro de uma saída negociada.

Assim foi que se iniciaram as negociações semi-públicas com Kaddafi, que poderiam inclusive deixá-lo no poder, ain-

da que seja na parte oeste do país que controla, e a CNT no leste. Ambos como reféns da OTAN e das multinacionais petroleiras.

Fora a OTAN! Armas para que os rebeldes libios possam derrotar a Kaddafi!

Qatar, um país do golfo árabe, disse que enviaria armas aos rebeldes, mas o que fez foi somar-se aos ataques comandados pela OTAN. Hezbollah, o partido político militar islâmico da resistência libanesa contra Israel, chamou também a apoiar os rebeldes libios.

A Unidade Internacional dos Trabalhadores (Quarta Internacional) chama a lutar pela retirada imediata dos aviões da OTAN e a reclamar que os países árabes entreguem armas e voluntários aos rebeldes libios, para que possam derrotar Kaddafi.

Há que se dobrar a mobilização mundial contra a intervenção imperialista e em apoio ao heróico povo combatente líbio para que se acabe com Kaddafi e sua ditadura assassina.

LÍBIA

População:

6.500.000 milhões de habitantes. Entre eles 1.500.000 trabalhadores estrangeiros (maioria de países árabes e africanos)

Superfície total:

1.760.000 km²

Principal produção:

Petróleo, antes da guerra 1.700.000 barris diários (quase como a Venezuela).

Egito: A classe trabalhadora na REVOLUÇÃO!

José Castillo

Enviado Especial ao Cairo

Caminhar pelas ruas de qualquer cidade egípcia é “viver” a revolução. Isso, que os egípcios chamam de “a revolução de 25 de janeiro”, e que é parte de algo mais amplo, esta revolução que sacode todo o mundo árabe, é seguida dia a dia com paixão por milhares de jovens ativistas, que em cada mobilização, em cada conflito, fazem aparecer bandeiras dos rebeldes líbios, ou da Palestina.

Houve, sem dúvida, uma imensa revolução democrática triunfante. Que derrubou ao regime ditatorial e pró-imperialista de Mubarak. Que teve seu epicentro político nestas centenas de milhares, por vezes milhões de pessoas, que se instalaram na Praça Tahrir do Cairo, enfrentando e derrotando a polícia e até os capangas de cavalo e Camelos pagos por Mubarak. Com uma imensa vanguarda de jovens que aparecia surpreendendo a todos.

Muito se falou e se escreveu sobre a “revolução do Facebook ou twitter”. Sem dúvida estes jovens se comunicam por estes meios, como tantos outros no mundo. No entanto, esta revolução não nasceu do ciberespaço. Muitos destes ativistas se identificaram com o “**Movimento 6 de Abril**”, criado justamente a partir da impressionante greve do dia 6 de Abril de 2008 na fábrica de tecidos de Mahallah Al-Koubra, no centro do delta do Nilo. Foi o ponto mais alto do que se conheceu como a “rebelião pelo pão”, uma onda de paralisações, mobilizações e levantes populares em consequência da ele-



vação astronômica do preço dos alimentos básicos dos egípcios.

Agora, nos primeiros dias de fevereiro, no momento em que a revolução chegava a seu ponto culminante, com a multidão acampando na Praça Tahrir, mas com Mubarak se negando a renunciar, o que decidiu a balança e provocou finalmente sua queda, foi a virtual greve geral lançada pelos operários de leste do Delta do Nilo (as cidades de Ismailiya, Mansoura, Suez e Port Said), que chegou ao seu ponto máximo com a ocupação indefinida da própria companhia do Canal de Suez.

Após a renúncia de Mubarak, a política do governo militar de transição, do conjunto da burguesia egípcia e do imperialismo foi insistir que a “*revolução já terminou*”, e “*todos devemos voltar a trabalhar para reconstruir o país*”.

“A revolução chegou às empresas”

Mas os trabalhadores de quase todos os setores seguiram mobilizados por suas exigências. A lista é quase inter-

minável: empregados dos Correios reivindicando aumentos salariais e o pagamento de bônus por suas atividades; os trabalhadores do Metrô do Cairo lutando pelo fim dos seus contratos temporários; os mineiros do Oasis de Baharia pedindo melhores condições de trabalho e incremento de seus soldos; os empregados de Ahli United Bank, também reclamando por salários e melhorias em seus seguros de saúde; empregados da aviação e do Ministério de Minas exigindo a renúncia do Ministro, milhares de policiais em greve por seus salários de fome, trabalhadores dos meios de comunicação tomando o edifício da TV estatal pedindo a renúncia do diretor, acusado de cumplicidade com o Mubarakismo.

Poderíamos citar mais uns infinitos exemplos: os conflitos que se sucedem no Cairo, entre suas dezenas de milhares de trabalhadores da administração, do transporte, dos bancos e do turismo; na mais industrial Alexandria, com as greves têxteis e metalúrgicas, em Suez, com suas gigantes

empresas vinculadas ao negócio do Canal, nas minas dispersas nos Oasis do Sahara, e, em geral, qualquer cidade ou povoação onde exista um agrupamento mínimo de trabalhadores. Um ativista sindical descreveu: “*agora a revolução chegou às empresas*”.

Os trabalhadores não só lutam por suas reivindicações. Mas também se organizam. Os velhos sindicatos, que eram somente correia de transmissão da ditadura de Mubarak, se esvaziavam rapidamente. Todos os dias surgem novos sindicatos independentes, fundados na velocidade da luz. Tomemos um só exemplo: em um mesmo dia, no edifício recuperado por trabalhadores do velho e burocrático sindicato de periodistas, com apenas duas horas de diferença se fundaram o novo sindicato dos motoristas de ônibus do Cairo e o sindicato dos Trabalhadores da Saúde. “*E isso ocorre todos os dias*”, relatava entusiasmado um de seus dirigentes. Já se constituiu, inclusive, uma Federação destes novos sindicatos independentes.

A revolução no Egito não terminou. Entrou em uma nova fase. E são centenas de milhares os que não querem que fique simplesmente restrito ao chamado a votar no fim do ano. Com um olho em como seguem as revoluções no outros países árabes, junto com os ativistas que seguem mobilizando-se todas as sextas na Praça Tahrir, os trabalhadores egípcios, com sua luta e organização, tem um imenso desafio de ser capazes de transformar todas estas potencialidades em uma alternativa política que represente as aspirações da revolução de 25 de Janeiro.